



II FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO
XIV FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO
XVII SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
De 27 à 30 de abril de 2016 na Universidade de Santa Cruz do Sul.

EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO: INVESTIGAÇÕES ACERCA DAS POTENCIALIDADES EDUCATIVAS E FORMATIVAS DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Ricardo Cocco¹-UPF

Flávia Eloisa Caimi²-UPF

GE: Linguagem, Mídia e Tecnologias.

Resumo

Os processos educativo-formativos não se limitam a situações pedagógicas institucionais, ocorrem nos mais diversos espaços do mundo humano, no mundo da vida. Nesta perspectiva, os Meios de Comunicação Social de Massa (MCSM), como espaços privilegiados nas sociedades contemporâneas, representam não somente fontes de informação, mas canais por meio do qual o homem e a sociedade vêm se relacionando e compreendendo o mundo que os cerca. Mesmo que, tais meios comumente não se interessem propriamente pela educação, não assumam um caráter pedagógico, frequentemente acabam por contribuir na formação dos indivíduos tão intensamente quanto a educação escolar. Na busca pela ampliação dos processos democráticos, participação popular e promoção da cidadania por meio de novas formas de comunicação, emergem, a partir dos anos de 1970, as primeiras emissoras de Radiodifusão Comunitária (RadCom) no Brasil, muito em consonâncias com movimentos

¹ ricardo.cocco@ufsm.br

² caimi.flavia@gmail.com

semelhantes, ocorridos em contextos diferenciados, também na Europa e na América Latina. Para a Unesco, a RadCom poderia além de informar, educar ou entreter, dotar a comunidade de mais poder ao outorgar a palavra a todos os “sem-voz”. A pesquisa, neste cenário, busca compreender o quanto estes podem representar um processo pedagógico contra hegemônico de diálogo em contextos locais de comunicação tendo a conscientização como sua categoria medular. Eles, podem proporcionar o rompimento dos fluxos unilaterais de comunicação onde a interação se converta em uma situação epistêmica promovendo experiências e ambientes favoráveis para o pensar autônomo? É possível pensar um processo educativo dialógico e plurilinguístico a partir destes meios? São as RadCom espaços dialógicos, polifônicos e populares? Dadas as suas origens, amplitude, alcance, fundamentos, objetivos e práticas é possível pensá-las como parte integrante de um processo democrático, participativo, comunicativo e não-formal de aprendizagem. Nestes termos, Mikhail Bakhtin, no campo epistemológico da comunicação, numa perspectiva do dialogismo e da polifonia, e Paulo Freire, no campo político-pedagógico, numa perspectiva dialógico-emancipatória, podem nos indicar uma abertura conceitual que permite analisar as formações discursivas nos processos educativos e aportar indicações para pensar estas discussões nos MCSM e nas modernas mídias como espaços potencialmente formativos e educativos.

Palavras-chave: Processos educativos, Comunicação social, Radiodifusão comunitária.

1 INTRODUÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Os processos educativos não se limitam a situações pedagógicas institucionais, mas podem ocorrer nos mais diversos espaços do mundo humano, no mundo da vida. Eles, enquanto atividades que sujeitos realizam com outros sujeitos com objetivos considerados educacionais acontecem também sem que os envolvidos estejam nos bancos escolares. Toda ação educativa é uma ação social e comunicativa que pressupõe envolvimento e interação. A aprendizagem, neste sentido, está assentada na ideia de que a produção do saber se dá na relação entre os indivíduos, mediatizados pelo mundo, pela linguagem, pela informação e pela cultura e que cada vez mais vem acontecendo em diferentes espaços pedagógicos, superando a estrutura rígida e fixa da escola, sem, contudo, destituí-la de seu valor e importância.

Neste cenário, desde o século XX assistimos a uma revolução nos processos de comunicação e informação. Fato que gerou um acesso inimaginável à informação, ao conhecimento e que desencadeou um processo, de certa maneira contraditório, por vezes de aproximação ou distanciamento, relações de dominação ou autonomia entre os indivíduos. Os

Meios de Comunicação Social surgem, neste contexto, como modos e meios de produção e transmissão de informações.

Pensar, então, os encadeamentos entre educação, cidadania e mídia e as possibilidades abertas por esta relação, torna-se cada vez mais importante num contexto social, político e educacional onde tais meios representam, não somente fontes de informação, mas um canais de instrução informal por meio do qual o homem e a sociedade vêm se relacionando e compreendendo o mundo que os cerca. e “que acabam frequentemente por influenciar mais profundamente a juventude que a educação desenvolvida na escola” (PERUZZO, 1999, p. 212).

Neste horizonte, a Comunicação Social de cunho comunitária e especificamente a Radiodifusão Comunitária no Brasil é um fenômeno relativamente recente e nasce a partir das lutas de resistência dos movimentos sociais a partir dos anos 1970 na busca da ampliação dos processos democráticos que possibilitariam, por meio de novas formas de comunicação e de canais alternativos e viáveis, maior participação popular e de promoção da cidadania. Estes meios, que, segundo o Ministério das Comunicações já são 4611 em todo o Brasil³, e 402 no Rio Grande do Sul, vem se apresentando como espaços públicos de socialização de informações, cultura, entretenimento e educativos à medida em que, tem potencialidades para contribuir na formação e na transformação dos sujeitos a partir da problematização do espaço local e global, pela ampliação das possibilidades de participação nos processos de comunicação e pela reflexão das condições sócio-históricas e políticas em que estes estão inseridos. Em que medida eles efetivam ou buscam efetivar estas potencialidades? Que visões de mundo e contrapontos/contraposição lhes são caros? Em que projetos e princípios político-pedagógicos se assentam suas práticas? Ou seja, que proposta de educação assumem estas práticas pedagógicas? Que elementos e mecanismos nestes meios têm potencialidades educativas?

A pesquisa em andamento justifica-se visto que em meio a um mundo cada vez mais complexo e dinâmico onde o conhecimento e a informação constituem-se elementos de poder e pressuposto básico para a efetivação da cidadania plena, ampliam-se as formas de construção do conhecimento, extrapolando os espaços e tempos historicamente formalizados. Estes espaços informais de produção e construção do conhecimento, pela sua dimensão, alcance e complexidade, devem ser melhor compreendidos, explorados e pesquisados⁴

3 Dados da Secretaria Executiva do Ministério das Comunicações. Dados de dezembro 2014. Disponíveis em www.comunicacoes.gov.br.

4 Numa consulta ao Banco de Teses da Capes (realizada em maio de 2015), usando no filtro a palavra-chave *Radiodifusão Comunitária* encontramos apenas uma tese de doutoramento e cinco dissertações produzidas sobre

enquanto espaços potencialmente pedagógicos e formativos. Busca-se, nesta direção, compreender o fenômeno da Comunicação Social de cunho Comunitário, e especificamente a Radiodifusão Comunitária, seus processos, mecanismos e práticas, problematizando seu papel, espaço, limites e lugar na atualidade, tendo em vista as possibilidades/potencialidades de estes ativarem, por seus modos e linguagem, numa sociedade complexa e dinâmica, processos educativos informais e ações de caráter educativo, buscando aprofundar, desta maneira, as noções de conscientização e cidadania que devem acompanhar tais processos educativos;

2 MARCO TEÓRICO E PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA

Os processos educativos constituem-se na e pela palavra. Este elemento ontologicamente humano no mundo não realiza apenas a mediação entre os sujeitos. Ela é a casa do homem. É no falar que o sentido do mundo se revela, num processo permanente e inacabado de significação. “Quando tentamos um adentramento no diálogo, como fenômeno humano, se nos revela algo que já poderemos dizer ser ele mesmo: a palavra. [...] O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.” (FREIRE, 1987, p. 44). Os sujeitos não são determinados previamente, eles se constroem ao se comunicarem, na *inter-ação*. No Prefácio da Pedagogia do Oprimido, Fiori afirma que “com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. [...] O monólogo, enquanto isolamento é a negação do homem; é fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura” (FIORI, in.: FREIRE, 1987, p. 7-8). Nesta perspectiva, a comunicação é um ato pedagógico e a educação um ato comunicativo. Para Freire, a educação “[...] é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. A educação autêntica, não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1983, p. 47-48).

As práticas educativas que se pretendem problematizadoras não podem se limitar a “transmissão ou de extensão sistemática do saber” (FREIRE, 1977, p. 68), nem serem narrativas verbalistas ou se constituir numa em assistencialismo educativo, onde alguém se

essa temática, sendo que nenhuma delas na área da Educação. Já a consulta utilizando o descritor *Comunicação Comunitária* apresentou 12 registros, dentre os quais apenas 3 teses de doutoramento e ainda nenhuma na área de Educação. Quando utilizado o descritor *Educomunicação* são apresentados 44 registros, sendo que apenas 9 na Área de Educação e dentre estes duas teses de doutoramento.

limita a dissertar, narrar ou apenas falar de algo. Se assim o forem a tendência é de que o homem seja anestesiado e transformado em depósito de informes.

Paulo Freire, no texto “Extensão ou Comunicação? (FREIRE, 1977), elabora uma consistente crítica ao extensionismo e à domesticação – contrapondo a educação bancária com os processos de educação e comunicação de caráter problematizador. Para ele, os sujeitos sociais e pedagógicos não são fixos, essenciais ou inflexíveis e, portanto, os processos educativos e comunicacionais deveriam estar fundamentados numa epistemologia marcada pelo respeito aos saberes populares e a partir de práticas cotidianas. A tarefa do comunicador, do “educador é a de problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, não o de entregá-lo como se tratasse de algo já feito, elaborado, acabado, terminado” (FREIRE, 1977, p. 81)

Atentemos para o fato de que “o professor não é a 'fonte única' de informação e convive (ou compete) com fontes alternativas, como os meios de comunicação (rádio, TV, revistas, jornais), razoável quantidade de livros didáticos nas escolas, internet, etc.” (CAIMI, 2013, p. 136). Nesta conjuntura, os Meios de Comunicação Social, exercem um papel privilegiado no sentido de serem meios de produção, transmissão e troca de conteúdos e informações. No entanto, no Brasil, historicamente, há uma concentração dos Meios de Comunicação Social de Massa (MCS) nas mãos de grupos privados de mídia³ que, comandadas de forma vertical reproduzem e amplificam ideias, concepções, valores para um universo gigantesco de pessoas. Como expressa Guareschi (2005, p. 80), “[...] a constatação a que se chega é que a voz da maioria dos cidadãos é silenciada, pois não tem a oportunidade de poder interferir democraticamente no projeto de construção de sua cidade”. As mídias ditas hegemônicas encaram, geralmente, os indivíduos não como participantes do diálogo, mas sim, como espectadores. Para os indivíduos de uma determinada comunidade cabe tão somente assistir, isto é: assistir, observar determinado conteúdo cabendo-lhe tão somente a escolha entre receber as informações deste ou daquele veículo de informação. Nesta direção, Paulo Freire denuncia o fato de que “meios de comunicados às massas, através de cujas massas são conduzidas e manipuladas, por isso mesmo, não se encontram comprometidas num processo educativo-libertador” (FREIRE, 1977, p. 72).

Comunicación es el proceso por el cual un individuo entra em cooperación mental con otro hasta que ambos alcanzan una conciencia común. Información, por el contrario, es cualquier transmisión unilateral de mensajes de un emisor a un receptor. Para los teóricos e investigadores latinoamericanos, los medios masivos tal como operan actualmente en su casi totalidad no son 'medios de comunicación', sino 'medios de información' o 'de difusión'. Podrían llegar a ser realmente 'de

comunicación' (y de hecho algunos pocos han logrado y demostrado serlo); pero para ello tendrían que transformarse profundamente. Así como Freire cuestionó la educación 'bancaria', estos investigadores han desmitificado esa falsa comunicación-monólogo y están creando una nueva conceptualización de la comunicación. La verdadera comunicación —dicen— no está dada por un emisor que habla y un receptor que escucha, sino por dos o más seres o comunidades humanas que intercambian y comparten experiencias, conocimientos, sentimientos (aunque sea a distancia a través de medios artificiales). Es a través de ese proceso de intercambio como los seres humanos establecen relaciones entre sí y pasan de la existencia individual aislada a la existencia social comunitaria. (KAPLÚN, 1998, p. 64).

É inegável o poder da mídia na construção das identidades, do sentido e dos significados, mas não se pode subestimar a capacidade do indivíduo em reinventar e identificar as contradições do processo de comunicação e em qualquer situação de fala. Tal tensão é inerente ao encontro, ao dialogismo. Quando o *eu* se anuncia ele já está marcado pelo *tu* numa relação de discursos. O “eu”, enquanto tal, é esteticamente improdutivo. Todo o enunciado só se constitui a partir de um outro. “No dialogismo, o sujeito encontra espaço para liberdade” (FIORIN, 2006, p.28). Bakhtin indica que o dialogismo está assentado: 1) na ideia de que o enunciado solicita sempre uma resposta, que ainda não existe, mas que sempre se aguarda como compreensão responsiva ativa; 2) na incorporação pelo enunciadador da voz ou das vozes de outro(a) no enunciado; e 3) de que o sujeito, constituído pelo conjunto de relações sociais de que participa, não é nem assujeitado ou submisso às estruturas sociais nem uma subjetividade autônoma em relação à sociedade. O dialogismo é o princípio de constituição do sujeito e seu princípio de ação. Para Bakhtin, a palavra, “deseja sempre a escuta, procura a compreensão respondente, e quer, por sua vez, responder à resposta, e assim *ad infinitum*; não se limita a uma compreensão que ocorre imediatamente, mas sempre vai além - de maneira ilimitada” (BOENO, 2013, p.374).

A linguagem é um produto vivo das relações sociais e das condições materiais e históricas de cada tempo. Além do mais, a verdade que emana da linguagem é resultado de uma luta de vozes (*polifonia*) que se dá no interior da linguagem. Ela não é estática, pois a interação social é constante no processo de comunicação, numa ação entre pessoas, entre falas, e, que no diálogo, negociam sentidos e significados. Para Bakhtin, a alteridade é a marca constitutiva da linguagem, ou seja, a realidade é constituída a partir da diversidade de vozes sociais. “O papel dos outros, para os quais o enunciado se elabora (...) é muito importante. Os outros, para os quais meu pensamento se torna, pela primeira vez, um pensamento real (e, com isso, real para mim), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1992, p. 320). O “monologismo rege a cultura ideológica dos tempos modernos [...] o dialogismo é a condição do sentido do discurso”

(BARROS, 2003, p. 2).

Com o florescimento e crescimento do fenômeno dos veículos de Comunicação Comunitária, e especificamente no recorte da pesquisa, os veículos de radiodifusão comunitária, temos nos perguntado: num contexto onde os Meios de Comunicação Social representam, não somente uma fonte de informação, mas um canal de educação informal, por seus modos e linguagem as RadCom podem representar um processo pedagógico contra-hegemônico na medida em que se constituiriam em espaços de diálogo fundamentados a partir do contexto da comunidade, que, de forma organizada e articulada, interage produzindo aprendizagem, emancipação e cidadania, tendo a conscientização como sua categoria medular? Eles, não como meios de transmissão de informações, mas meios de comunicação, podem proporcionar o rompimento dos fluxos unilaterais de comunicação onde a interação (professor/comunicador e aluno/ouvinte) se converta em uma situação epistêmica e que abram caminhos para o pensar autônomo? Podem eles instituir processos capazes de converter receptores em emissores e emissores em receptores realizando assim os princípios da comunicação dialógica? As experiências e os processos pedagógicos no campo da comunicação comunitária têm potencialidades de serem meios e ferramentas educativas que estimulem a reflexão e a participação? É possível pensar um processo educativo dialógico e plurilinguístico a partir destes meios? São as Rádios Comunitárias espaços dialógicos, polifônicos e populares? Se são, ou quando o são, que processos educativos, epistemológicos e que linguagem as fundamentam? Ou de que forma podem ser? Em relação às práticas culturais, como ocorre a interação dos sujeitos participantes do processo de comunicação comunitária no debate e na construção de significados de mundo? Quais os limites, as tensões, as distorções e desafios que emergem das práticas comunitárias de comunicação social?

“Os meios de comunicação comunitários/populares – *nem todos obviamente* – têm assim o potencial de ser, ao mesmo tempo, parte de um processo de organização popular e canais carregados de conteúdos informacionais e culturais, além de possibilitarem a prática da participação direta nos mecanismos de planejamento, produção e gestão.” (PERUZZO, 1999, p. 218). Há décadas a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) vem incentivado o uso dos meios de comunicação como fator de desenvolvimento social e local e, em folheto explicativo sobre “Centros Multimedia Comunitarios”, na parte sobre as rádios comunitárias, ressalta:

A rádio comunitária é pouco custosa, fácil de manejar e tem a vantagem de alcançar a todos os membros da comunidade em sua própria língua. Como meio de comunicação de massa, incrementa consideravelmente o potencial de

desenvolvimento implícito no intercâmbio de informação, de conhecimento e de experiência. A rádio comunitária não só informa, educa e entretém, mas dota a comunidade de mais poder ao outorgar a palavra a todos ‘sem-voz’, com o que favorece a transparência nos assuntos públicos. (UNESCO ..., [s./d.]).

A Comunicação Social de cunho comunitário no Brasil e no mundo é um fenômeno relativamente recente, que nasce sob a égide da legislação a partir das lutas de resistência dos movimentos sociais a partir dos anos 1970 (e algum tempo antes às margens da lei) na busca pela ampliação dos processos democráticos que possibilitariam, por meio de novas formas de comunicação e de canais alternativos e viáveis, maior participação popular, promoção da cidadania e educação. As emissoras de Radiodifusão Comunitárias configuram-se como tais depois de um longo percurso percorrido pelas chamadas Rádios Livres, que colocavam sua programação no ar sem a concessão governamental⁵. “Presume-se que a primeira rádio livre tenha sido uma emissora sindical que, em 1925, foi ao ar na Áustria” (PERUZZO, 1998, p.241). Outras inúmeras emissoras livres se desenvolveram em contextos diferenciados na Europa e na América Latina. Na Espanha, em 1941, foi colocada em funcionamento a Rádio Espanha Independente, com o objetivo de estabelecer um enfrentamento à ditadura franquista. Em 1969, na França, a Rádio Campus surge em Lille com o objetivo de propor uma renovação nas pautas políticas e sob a perspectiva dos temas herdados pela revolução de 1968. Na Itália, a que ficou mais famosa pela sua atuação contra a repressão aos estudantes e contra o monopólio da Rádio e TV Italiana (RAI) foi a Rádio Alice, fundada em 1976 em Bolonha. Igualmente na América Latina, diversas emissoras livres atuaram em períodos de guerra ou estiveram nas mãos de sindicatos ou movimentos sociais, como foi o caso da Rádio Sucre na Bolívia, em 1952, atuando ao lado dos mineiros bolivianos. A Rádio Rebelde foi idealizada por Che Guevara em 1958. Através da emissora cubana a população tinha acesso a informações diferenciadas daquelas lançadas pelo governo de Fulgêncio Batista. No Brasil, “em 1971, no auge da ditadura, surge a Rádio Paranóica, em Vitória, no Espírito Santo, considerada a primeira emissora livre do Brasil” (SANTOS, 2014, p. 89), tendo sido violentamente fechada pela polícia sob a alegação de que mantinha ligação com grupos políticos contrários ao regime militar instaurado em 1964.

A legislação brasileira somente começou a regulamentar o serviço de radiodifusão comunitária em 1998, com a Lei nº 9.6124, na qual o serviço foi caracterizado como “radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura

⁵ Ver a diferença de Rádio Livre e Rádio Pirata em Santos (2014). “As ‘piratas’ eram aquelas que emitiam sinais de rádio diretamente de barcos na costa de países europeus onde a publicidade era proibida nas emissoras estatais – as únicas existentes até então. Como os transmissores ficavam situados dentro de barcos, e estes estampavam bandeiras, acabavam lembrando os antigos navios piratas. Daí surgiu este rótulo” (SANTOS, 2014, p. 87).

restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço”⁶ (BRASIL, 1998). Não é nosso interesse, neste espaço, esgotar a discussão sobre a história do movimento, mas é interessante destacar uma das emissoras comunitárias de maior visibilidade no país, a Rádio Favela⁷, instalada em Belo Horizonte. Essa rádio comunitária funcionou sem autorização entre os anos de 1981 e 1996, quando recebeu a outorga de emissora educativa, alcançando visibilidade em função do seu reconhecimento pela ONU, devido à realização de campanhas preventivas e educativas contra o tráfico e o uso de drogas e a violência.

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Para alcançarmos o nosso intento será utilizada a Pesquisa Qualitativa, quanto à forma de abordar o problema e analisar as informações coletadas. A intenção é dirigirmo-nos para o real identificando nele seu caráter de fenômeno e não apenas de objeto.

Em relação à metodologia de coleta das informações faremos uma combinação de técnicas de trabalho. Partiremos de uma pesquisa bibliográfica com a intenção de compreender o tema e estabelecer os horizontes teóricos da investigação. Desta maneira serão trazidas para o debate, como categorias de análise, os conceitos de Dialogismo e Polifonia de Mikhail Bakhtin como fontes teórico-metodológicas para realização de análise das mídias, seus produtos, fenômenos e processos e a perspectiva político-pedagógica dialética de Paulo Freire no intuito de compreender a perspectiva da educação e da comunicação como possibilidades de emancipação, promoção da autonomia, da conscientização e cidadania. Por fim, far-se-á uma discussão acerca da relação entre educação, linguagem, comunicação e comunicação comunitária tendo como fontes autores como Peruzzo, Kaplún, Vigil, entre outros.

Em seguida partiremos para uma pesquisa de campo no intento de entender empiricamente como se dá o fenômeno da Comunicação Social e, em específico o fenômeno da Radiodifusão Comunitária e seus modos de ser e fazer como potenciais espaços pedagógicos. Para isso utilizaremos como base um estudo de caso a partir da Rádio

6 Sobre a Lei 9.612/1998 ver www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm. Legislação que permite a operação do serviço, mas impõe rigorosas restrições ao funcionamento, limitando a potência a 25 Watts e a um alcance de 1 Km, além das limitações à obtenção de recursos, o que atendeu às pressões políticas das emissoras comerciais e limitou a disseminação e o pleno desenvolvimento de uma política democrática para o setor.

7 O Filme “Uma onda no ar” conta a história da criação e do desenvolvimento da Rádio Favela de Belo Horizonte - “a voz livre do morro”, como a denominavam seus idealizadores. A rádio entrava no ar inicialmente todos os dias no horário do programa estatal A Voz do Brasil. Brasil 2002. Direção: Helvécio Ratton.

Comunitária de Frederico Westphalen-RS, emissora reconhecida pelo Ministério das Comunicações e afiliada à Abraço-RS (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária-RS). Será feita inicialmente uma Pesquisa de Opinião Pública direcionada a comunidade abrangida pela emissora supracitada e, posteriormente entrevistas semi-estruturadas com comunicadores, colaboradores e gestores destas emissoras. Tanto às comunidades quanto os comunicadores e gestores dentro deste recorte serão escolhidos de forma aleatória. Será realizada também uma pesquisa documental a partir de documentos legais (legislação, regimentos e projetos das emissoras) e de diferentes materiais e registros produzidos pelas emissoras, buscando compreender, os fundamentos, os discursos e os processos e práticas de comunicação destas emissoras de radiodifusão comunitárias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reconhecer os diversos entraves existentes na implementação das Rádios Comunitárias, muitos dos quais levantam dúvidas sobre a sua atuação destas como promotoras de experiências formativas e educativas. Além das dificuldades técnicas, da falta de qualidade em muitas programações e da ausência de programas educacionais, não são poucas as que reproduzem (intencional ou inconscientemente, parcial ou inteiramente) o modelo de emissoras comerciais, reservando apenas espaços ínfimos ou nenhum aos diálogos comunitários. A Rádio Comunitária, no entanto, não se apresenta “como 'o' projeto de transformação para toda a sociedade, nem pretende sê-lo. [...] Ela é consequência de um entendimento que ganhou força com o fracasso do comunismo e o fim das grandes utopias: o de que pequenas ações que transformam o indivíduo e sua coletividade são importantes para a transformação do conjunto da sociedade” (DETONI, 2009, p. 11).

Recorremos ao pensador cubano José Ignacio Lopez Vigil, coordenador para a América Latina e Caribe da Associação Mundial de Rádios Comunitárias, que se pergunta ¿Qué hace comunitaria a una radio comunitaria? ¿Cuando se puede decir que una radio es comunitaria? E responde:

Quando una radio promueve la participación de los ciudadanos y defiende sus intereses; cuando responde a los gustos de la mayoría y hace del buen humor y la esperanza su primera propuesta; cuando ayuda a resolver los mil y un problemas de la vida cotidiana; cuando en sus programas se debaten todas las ideas y se repiten todas las opiniones; cuando se estimula la diversidad cultural y no la homogeneización mercantil; cuando la mujer protagoniza la comunicación e no es una simple voz decorativa o un reclamo publicitario; cuando no se tolera ninguna dictadura, ni siquiera la música impuesta por las disquerías; cuando la palabra de

todos vuela sin discriminaciones ni censuras; essa es una radio comunitaria. (VIGIL, 1995, p. 54).

Desta maneira, uma Rádio Comunitária feita coletivamente poderia se revelar extremamente educativa para todos os envolvidos inclusive para os ouvintes. O rádio, então, como aparelho de distribuição, como extensionista da informação e do saber é convertido em aparelho de comunicação, rompendo com os fluxos unilaterais de comunicação promovendo e criando ambientes favoráveis para o pensar autônomo e a formação humana cidadã.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de (Org.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. SP: Martins Fontes, 1992.

BOENO, Neiva de Souza. **Augusto Ponzio**: como falar das às palavras. Revista Polifonia, Cuiabá, MT, v 20, n. 27, 2003. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br>

BRASIL. Lei 9.612 de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, D.O de 20/02/1998, p. 11.

CAIMI, Flávia Eloisa. A crise da escola e o 'mal-estar' docente. In: **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, Rs , v.4, n.1 , Jul.2003.

DETONI, Márcia. **Radiodifusão Comunitária**: Baixa Potência, Altas Mudanças? O potencial das emissoras comunitárias como instrumento de transformação social. In.: Anais. V conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Unicentro, Guarapuava/PR, 2009

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia e democracia**. Porto Alegre: P.G/OB, 2005.

KAPLÚN, Mario. **Una Pedagogía de la Comunicación**. Madri: Edicionaes de La Torre,1998.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. **Comunicação & Informação**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 205-228. 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ci/article/view/22855/13596>>. Acesso em: 18/05/2014.

_____. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Carlos Roberto Praxedes dos. **Das Rádios Livres às rádios comunitárias**: aspectos históricos. In.: Tuiuti: Ciência e Cultura, n 48, Curitiba, 2014.

VIGIL, José Ignacio López. **¿Qué hace comunitaria a una radio comunitaria?** In.: Revista Latino Americana de Comunicación. N. 52. Quito. Equador, 1995.

UNESCO. **Centros Multimedia Comunitarios**. Paris: UNESCO, s./d. Disponível em: <http://portal.unesco.org/ci/en/files/13508/10688169375CMC-SP.pdf/CMC-SP.pdf>. Acessado em: 10 de maio de 2015.